

Paris, 22 Juin 1994

To: Nuno Andrade  
Secretariado das Comunicações  
Sociais da Igreja

Fax No.: 351 (1) 3 15 94 72

From: Maria de Lourdes Pintasilgo  
Paris, France

Fax No.: 33 (1) 45 66 02 63

Message:

Ciao Amigo:  
Junto vai o texto que  
me pediu - não vejo  
possível fazê-lo mais  
curto.

Fundação Cuidar o Futuro  
Em anexo estão  
excerptos da posição que  
assumi em N. Y., como  
P.<sup>te</sup> da Com. Ind. População  
& Qualidade de Vid. Se houver  
espaço, seria útil publicá-los  
~~assim~~ também.  
Melhores cumprimentos

Page 1 of 9 pages

Maria de Lourdes Pintasilgo

Maria de Lourdes Pintasilgo

Excerptos da intervenção  
de Maria de Lourdes Putschilgo,  
Presidente  
da Comissão Independente  
p<sup>r</sup> a População e a Qualidade  
de Vida

- III. Comitê Reparatório  
da Conf. do Cairo,  
New York, 5 Abril

(Annexe)



# Direitos reprodutivos das mulheres

Podemos perguntar-nos qual é a coerência da preocupação, generalizada entre muitos leaders mundiais, com a dinâmica da população quando as condições culturais e económicas necessárias para a educação e para serviços de saúde reprodutiva estão ausentes das prioridades políticas e dos programas de governo. Mais concretamente podemos perguntar-nos qual será o resultado, no longo prazo, dos serviços de saúde que não são acompanhados por uma educação capaz de conduzir ao **consentimento informado** e a uma **escolha responsável**. Ou ainda qual será a consistência de um programa educativo e de cuidados de saúde quando as políticas, **em vez de serem centradas nas pessoas**, são centradas nos diktats da economia, cortando cega e irresponsavelmente, nos orçamentos nacionais os recursos para a educação e para a saúde.

A necessidade da coerência das políticas públicas está directamente em questão no respeito prático dos direitos reprodutivos.

É hoje claro que, do respeito pela inviolabilidade da pessoa humana, decorre o direito e a responsabilidade da mulher como sujeito último da tomada de decisão no processo de transmissão da vida humana.

Mas é oportuno levar este direito até às suas últimas consequências, tentando investigar o que ele implica. Será um tal direito compatível com a ausência das mulheres dos processos públicos de tomada de decisão? Será compatível com a marginalização prática, se não legal, das mulheres na sociedade? Será compatível com as indústrias que exploram as mulheres na sua sexualidade, a zona da sua vida em que estão directamente em causa os seus direitos reprodutivos? Será compatível com o abuso sexual crescente das crianças em tão diversas situações?

Não nos tentemos iludir. Quando os representantes dos Estados-membros das Nações Unidas reconhecem a primazia da mulher em tudo o que diz respeito aos seus direitos reprodutivos, estão a assumir e a afirmar uma responsabilidade política: a de garantir às mulheres, em todas as sociedades, a sua plena dignidade de seres humanos. Estão a afirmar que é indispensável, em todas as sociedades, uma mudança radical de mentalidades e dos modelos culturais e sociais de representações e de comportamentos. Estão a assumir que, em muitas situações concretas, será necessária uma modificação da legislação de modo a serem vencidos costumes e normas tradicionais e ultrapassadas batalhas ideológicas de um outro tempo.

A questão política central fica clara: estão os Estados-membros e, para além deles, as várias sociedades pelo mundo fora, prontos a iniciar essa mudança crucial de modo que a pessoa humana - neste caso, a mulher - seja o sujeito da sua própria vida?

# Sexualidade dos adolescentes

. A "conspiração do silêncio" que rodeia a sexualidade enquanto dimensão fundamental da estruturação e da afirmação da pessoa humana tem contribuído para deixar a juventude à mercê da distorsão incontrolada da sexualidade veiculada maciçamente pela sociedade. Uma tal conspiração não pode continuar. A maior parte dos leaders políticos e religiosos têm manifestado a sua preocupação com o obscurantismo intelectual e ético que rodeia a criação de valores e a sua transmissão. Os valores que norteiam a sexualidade devem constituir um domínio indiscutível de conceptualização actualizada e de aprofundamento das acções de formação e informação necessárias.

Face à urgência desta tarefa, a Comissão Independente atribui uma elevada prioridade à determinação das causas que provocam a gravidez das adolescentes e está decidida a procurar formas inovadoras de acção.

Os jovens têm de ser formados onde quer que se encontrem, devem ser estimulados a criar o espaço necessário para se organizarem entre si de modo a caminharem para uma tomada de consciência colectiva quanto à sua própria realização humana.

É urgente encontrar novas fórmulas no entozamento entre educação e serviços de saúde que garantam a adaptação à cultura jovem neste fim de século.

Fundação Cuidar o Futuro



# População / pobreza / modelos de consumo

"população" não pode ser isolada, convertida em factor simplista de causa ou efeito. Tem que ser necessariamente abordada como parte de um sistema mais complexo. Os factores que afectam a população não se reduzem a um só - são muitos e muito diversificados. Do mesmo modo, o desequilíbrio populacional não é a causa única de nenhum outro factor.

Neste contexto considero do maior significado a interligação existente entre "população", "pobreza persistente", "modelos insustentáveis de produção e consumo". As acções desenvolvidas para alcançar o equilíbrio populacional deixam de ser relevantes se, ao mesmo tempo, **a pobreza não fôr combatida e se os modelos de produção e consumo continuarem incontrolados** nos princípios científicos e económicos que actualmente os justificam.

Desenha-se cada vez com mais precisão o postulado de que é necessário e possível elaborar **estratégias específicas contra a pobreza** no cerne das estratégias de desenvolvimento de cada país. É certo que durante as últimas três décadas realizámos um enorme esforço para integrar todos os factores sociais e económicos no conceito de desenvolvimento e nas políticas públicas que dele decorriam. Mas hoje, as questões urgentes postas pela dinâmica da população exigem que voltemos a focar a pobreza enquanto tal e a inventar acções que assegurem a sua eliminação. Ao fazê-lo não podemos deixar de considerar de forma nova questões que desde há muitos anos são parte da agenda do desenvolvimento. Refiro-me em particular à distribuição da terra e à reforma agrária, à reconstrução de um tecido rural saudável, à criação de novos tipos de economias locais de subsistência que tomem em linha de conta e apoiem as iniciativas de cada comunidade, o encorajamento das pequenas e médias empresas, o desenvolvimento de cidades de dimensões intermédias.

É necessário verificar a viabilidade das estratégias específicas contra a pobreza no contexto da Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, de modo a estabelecer uma base segura para o equilíbrio da população e para a sua qualidade de vida.

De igual modo, ~~consulta~~ <sup>é necessário reflectir</sup> sobre o modo como poderá ser re-dirigida e re-orientada a lógica que preside actualmente aos modelos de produção e consumo. ~~iniciar uma ampla~~  
A convicção cada vez mais firme entre os cientistas quanto ao carácter irreversível dos fenómenos físicos, a pleiade de materiais novos abrindo cada vez mais as portas a um imenso conjunto de produtos "não-naturais", a proliferação dos resíduos industriais e urbanos a uma escala que aparece incontrolável, os efeitos de resíduos, sub-produtos e novos produtos sobre os vários sub-sistemas de suporte da vida, todos estes problemas exigem uma re-definição dos princípios orientadores da vida económica.

O princípio "o poluidor paga" já não se adequa à realidade dos processos químicos e biológicos - quando a poluição causa estragos irremediáveis nos seres vivos nenhum dinheiro pode compensar os danos provocados. Tão pouco a destruição das terras cultiváveis, o armazenamento de resíduos se podem atribuir unicamente ao "peso" do crescimento populacional nos países pobres sabendo-se que o ~~acrécimo do gasto do consumo~~ <sup>é equivalente ao consumo</sup> de uma criança que nasce hoje nos EUA representa cerca de 280 crianças no Nepal! O que significa que, em termos do consumo, a população dos Eua não é de 260 milhões mas sim de vários biliões!

## Fundação Cuidar o Futuro

Ao estabelecer estas correlações não estou a estigmatizar os "ricos" face aos "pobres", mas a apontar para a irracionalidade dos processos económicos e do único modelo existente. Como a aspiração actual dos países pobres é aceder ao mesmo nível de consumo dos países ricos, a perspectiva não pode deixar de ser a de uma total implosão do planeta. Por isso o que está em causa é a tentativa de responder de outro modo às necessidades dos povos e à independência económica de cada sociedade. Para que tal seja possível é indispensável conceber e propor novos mecanismos que possam reorientar o consumo e a produção de tal modo que os instrumentos do mercado livre possam ser usados, a todos os níveis e em todas as sociedades, para o objectivo último de tornar as pessoas livres.

<sup>posição</sup>  
A ~~atitude~~ da Santa Sé face ao documento proposto para adopção da Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento foi exposta em três documentos fundamentais:

- a intervenção do representante da Santa Sé (que goza do estatuto de Estado-observador no sistema das Nações Unidas), no dia 5 de Abril, no Comité Preparatório da Conferência do Cairo;
- a carta do Papa João Paulo II aos Chefes de Estado dos países representados nas Nações Unidas, tornada pública em Roma a 14 de Abril;
- o discurso do Cardeal Sodano, Secretário de Estado da Santa Sé, na XVII Congregação Geral do Sínodo dos Bispos de África, no dia 21 de Abril.

As questões levantadas pela Santa Sé <sup>relativamente ao ~~este~~ documento ~~o conf~~</sup> ~~são~~ essencialmente as seguintes: <sup>dizem</sup>

- ~~no documento~~, o aborto, é aceite e é preconizada a garantia de um aborto "seguro";
- o planeamento familiar, inclui métodos de contracepção não-naturais;
- é encorajada a actividade sexual dos jovens e adolescentes, em vez de lhes ser proposto "o dom desinteressado de si, o domínio dos instintos, o sentido das responsabilidades";
- é aceite e favorecida uma imagem multiforme <sup>papel</sup> da família que fica assim minada no seu papel social e na sua natureza enquanto "património da humanidade";
- os direitos da mulher passaram a ser dominantes, implicando a possibilidade de "escolha (...) no âmbito da procriação";
- embora se destine à Conferência sobre População e Desenvolvimento, o documento refere-se sobretudo à "população" e não articula a problemática correspondente com as questões do "desenvolvimento"; <sup>desto e estilo de vida</sup>
- os modelos de sexualidade e o estilo de vida presentes no documento correspondem a "certas franjas das sociedades desenvolvidas, materialmente ricas, secularizadas" e deixam "a amarga impressão de uma imposição" desses modelos a todos os povos do mundo.

A questão do aborto corresponde a uma posição clara da Igreja Católica. No ~~quadro~~ de uma instituição do mundo secular como são as Nações Unidas, a Santa Sé não podia deixar de reafirmar a sua posição. Importa notar que o aborto, realizado por meios "naturais" tradicionais ou por práticas clandestinas, é referido no documento da Conferência como devendo constituir "uma importante preocupação de saúde pública" para os Governos, organizações inter-governamentais e não-governamentais. Não explicita, porém, o documento nenhuma posição filosófica face ao aborto, atitude que pode à primeira vista parecer negada quando refere o recurso ao aborto em caso de violação ou incesto.

A insistência com que o planeamento familiar é referido no documento encontra a oposição da Santa Sé que consistentemente tem condenado os métodos contraceptivos que, sobretudo desde a



descoberta de contraceptivos químicos, têm sido amplamente divulgados nas sociedades industrializadas. Ora o planeamento familiar é uma peça mestra do documento, para ele convergindo muitas das acções preconizadas - o que aparece como uma redução significativa do alcance dos resultados da Conferência. Indo ao arrepio do que aconteceu no passado na maior parte dos países em desenvolvimento onde acções de planeamento familiar foram conduzidas por iniciativa e através de agentes estrangeiros, o documento coloca o planeamento familiar no quadro dos cuidados de saúde primária que cada Estado tem o dever de estimular através de uma adequada política de saúde (em Portugal o planeamento familiar é um direito constitucional inscrito no artigo consagrado à família).

O documento manifesta uma grande preocupação pelo crescente número de adolescentes grávidas. Os números são claros: entre as jovens com menos de 17 anos, tornam-se mães, em Africa, 40%; na América Latina, 39%; na Asia, 31% e, na Europa, 22%. Segundo um estudo oficial publicado nos EUA em 1993, a percentagem mais elevada de primeiros nascimentos tem lugar entre as jovens de 17 anos. Ora, não resta hoje dúvida que, em todas as sociedades e apesar de condições bem diferentes, a gravidez e o parto de adolescentes tornam a saúde da mãe e da criança muito mais vulnerável aos riscos da gravidez e do nascimento que qualquer outro grupo de idade. Neste contexto, o documento insiste na urgência da educação sexual e do acesso dos adolescentes aos serviços de saúde e de informação que os possam ajudar a agir de forma responsável face à sua própria sexualidade.

O capítulo consagrado à família, às suas "funções, composição e estrutura" retoma a análise tradicional da demografia. Ao descrever a realidade sociológica, dá particular ênfase aos diferentes modos de formação da família e de entendimento e prática da vida familiar. Quando formula o objectivo de "desenvolver políticas e leis que apoiem melhor a pluralidade das formas de família" cria ambiguidade. Por um lado, pode querer designar as formas de coabitação, legalmente assumidas em alguns países europeus e norte-americanos, que tendem a designar-se impropriamente por "casamento" de homossexuais. Será possivelmente esta interpretação que dá origem à extrema preocupação do Papa pela preservação da família no contexto das acções propostas para a Conferência do Cairo. Mas, por outro lado, o enunciado desse objectivo parece referir-se a uma outra realidade: "o grande número de agregados familiares com um só dos pais". Também aqui, os números permitem vislumbrar o enorme problema humano que é referido - trata-se de dificuldades com que lutam milhões de mulheres que, na quase totalidade dos casos, assumem a responsabilidade pelas consequências das famílias desfeitas. Assim a percentagem de famílias cuja responsabilidade total cabe à mulher é a seguinte: p.ex. nos Estados Unidos, 30,1; em Cuba, 28,1; na Polónia, 26,7; no Rwanda, 25,2; em França, 21,9; no Congo, 21,0; em Singapura, 18,2; na Guatemala, 16,8; no Bangladesh, 16,8; no Japão, 15,2; no Brasil, 14,4; no Paquistão, 4,3. Esta interpretação do objectivo do documento é reforçada pela referência feita ao número crescente de

"famílias vulneráveis": além das famílias a cargo da mulher, "as famílias pobres com membros idosos ou deficientes, as famílias refugiadas ou deslocadas, e as famílias com membros afectados por SIDA, violência doméstica, abuso de crianças, ou com qualquer outra disfunção".

Os direitos da mulher e, em particular, os chamados "direitos reprodutivos" constituem, de facto, uma viragem na orientação das Nações Unidas. Resultam da tomada de consciência das mulheres da responsabilidade que lhes cabe pelo seu próprio corpo e do direito fundamental à sua inviolabilidade. Nasceram da revolta de muitas mulheres face à manipulação de que têm sido objecto ao longo da história, tanto na obrigatoriedade da procriação como na sua limitação por "acção coercitiva, ao nível físico, económico ou psicológico". A afirmação dos direitos reprodutivos subordina assim as chamadas "políticas de população" aos direitos inalienáveis dos indivíduos. É certo que os direitos reprodutivos podem ser utilizados como cobertura ideológica para justificar o liberalismo total dos costumes. Mas no documento estão estreitamente ligados ao "reconhecimento do direito básico de todos os casais e indivíduos de decidirem livremente e responsabilmente o número dos filhos e o espaçamento entre nascimentos". Em relação às mulheres, são uma afirmação da sua dignidade última enquanto pessoas humanas, não dependendo assim a sua identidade, perante si próprias e perante a sociedade, de terem ou não terem filhos.

O documento não trabalha devidamente a articulação entre "população" e "desenvolvimento". Ora não é possível hoje encarar as questões de "população" de forma isolada. O documento parece, de início, querer encetar uma via em que as inter-relações fundamentais se tornem claras entre, nomeadamente, "o crescimento da população em números/ a pobreza persistente/ as desigualdades sociais e económicas/ o consumo baseado no desperdício /as ameaças contra o ambiente". Mas não deduz destas inter-relações consequências precisas nem modos de acção para além das formas tradicionais.

Talvez, na verdade, esta omissão esteja profunda mas inconscientemente relacionada com o predomínio de um só modelo de desenvolvimento no mundo de hoje. A hegemonia dos actuais modelos de produção e de consumo, à medida que ganham, se não na prática pelo menos nas aspirações, a adesão de povos com culturas tradicionalmente centradas em outros valores, parecem adquirir uma legitimidade que ninguém se atreve a contestar. E é aí - como o tem afirmado o Papa nos documentos pontifícios sobre a questão social e, recentemente, na encíclica "Splendor veritatis" - é aí que o individualismo sem noção do outro, a competição sem limite, a apetência do cada vez mais, minam por dentro a sociedade e destroem os valores que nos fundam na dignidade de seres "cujo estatuto é a liberdade".